

O ESPAÇO URBANO E O SEU LUGAR NO TERRITÓRIO

URBAN SPACE AND ITS PLACE IN THE TERRITORY

José Manoel Miranda de Oliveira¹

Professor Adjunto do curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins
jmiranda@uft.edu.br

RESUMO

Neste artigo, analisamos as perspectivas sociais e econômicas por meio da expansão dos espaços urbanos do Estado do Tocantins associando os municípios limítrofes do Estado do Pará como objeto de desenvolvimento de Palmas. Assim, o espaço passa a ser visto não mais só como consequência, mas como um palco a céu aberto em relação à sociedade. No desenvolvimento deste trabalho, a ocupação urbana, em qualquer situação, é vista como a representação do desenvolvimento e das crises da cidade, entendida como o lócus das intervenções efetivadas na estrutura do sistema produtivo, considerando que a evolução da expansão territorial envolve todos os aspectos do crescimento econômico dentro e fora do território urbano. Em termos hipotéticos, a ascensão de Palmas como centro econômico poderá ocorrer com a expansão de novos espaços urbanos da região norte. Nesse aspecto, o Estado do Tocantins terá de consolidar a infraestrutura adaptando o ordenamento territorial de Palmas e das cidades do seu entorno, a uma logística de transportes e mobilidade para atender o crescimento das demandas futuras a serem implementadas com a Ferrovia Norte Sul e a Plataforma Multimodal que está sendo construída na orla esquerda do lago. Por isso, o universo teórico oscilou entre os componentes históricos, geográficos e políticos desenvolvidos a partir do método lógico-dedutivo numa perspectiva discutitiva e dialógica, associada às amostras constituídas por documentos, relatórios de pesquisas e entrevistas.

Palavras chaves: Expansão Urbana, Divisão Territorial, Desenvolvimento, Política.

ABSTRACT

This article analyzes the social and economic prospects of the urban areas expansion in the Tocantins State (Brazil) associating neighboring districts of Pará State to development of Palmas. Thus space is seen not only as a consequence, but as a stage in the open towards society. In developing this work, the urban occupation in any situation is seen as representing of the development and crisis of the city, regarded as the locus of intervention effect on the structure of the production system, whereas the evolution of territorial expansion involves all aspects economic growth within and outside the urban territory. In hypothetical terms, the rise of Palmas as economic center occurs with the expansion of new urban spaces in northern region. In this respect, the State of Tocantins will consolidate its infrastructure adapting spatial planning Palmas and cities of your surroundings to a transport logistics and mobility to meet the growth of future demands to be implemented, the example of the North and South Railroad and the Multimodal platform being built on the left bank of the lake. Therefore, the theoretical universe ranged from historical, geographical and political developed from the

¹ Professor Adjunto do curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador da área de política vinculada aos Grupos Estudos Filosóficos sobre a Formação Humana e do Grupo de Estudo Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultura.

logical-deductive method in a discursive and dialogical perspective, associated with samples of documents, research reports and interviews components.

Key words: Urban Expansion, Territorial Division, Development, Politics.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma cidade no contexto da pós-modernidade coloca a produção dentro de uma disfunção territorial, de forma que as cidades são alteradas pela lógica do desenvolvimento produzida pelo perfil econômico de cada época. Essa lógica provoca uma desordem territorial no processo urbano, a partir do momento em que os espaços são transformados em produto. Assim, o espaço não é mais só a consequência, mas o palco, o retrato e a extensão de todos os aspectos da vida social e econômica das cidades. Em qualquer situação, a ocupação é a representação do urbano, que não pode ser entendido só por meio das intervenções efetivadas na estrutura do sistema produtivo local, mas acoplado à evolução da expansão territorial e urbana do entorno, isto é, da região. Nesse sentido, este trabalho discute as interferências da expansão urbana do sul e sudeste do Estado do Pará na consolidação econômica e social de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Objetiva-se, com este texto, entender o processo de expansão urbana pela intermediação das intervenções públicas e privadas de uma determinada localidade, colocando o desenvolvimento como objeto central das intervenções realizadas ou em curso. Nesse aspecto, este estudo visa à compreensão do desenvolvimento econômico e social de Palmas por intermédio da expansão urbana em destaque na região sul e sudeste do Estado do Pará. Assim, uma das interrogações a ser trabalhada será a resultante da expansão urbana de parte da região amazônica no ordenamento territorial de Palmas a partir do aumento da circulação de veículos e produtos oriundos de outras regiões; do desenvolvimento econômico de Palmas a partir da posição geográfica e das intervenções que vem sendo realizadas na infraestrutura do Estado do Tocantins.

Diante dos problemas a serem evidenciados, a metodologia visa possibilitar uma discussão crítica e objetiva da fundamentação teórica e sua associação com a catalogação e a análise das amostras constituídas em reportagens, documentos, relatórios de pesquisas e entrevistas. Assim, as discussões foram realizadas a partir do método lógico-dedutivo por ser o que mais se aproximou da lógica das discussões sobre os reflexos da expansão urbana de parte da região amazônica na consolidação urbana e econômica de Palmas.

A EXPANSÃO URBANA E OS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA CIDADE

O desenvolvimento de uma cidade calcada no processo produtivo faz com que, aos poucos, os fatores diretos e indiretos interligados à produção reproduzam uma disfunção territorial, de forma que a produção de todos os níveis de mais valia ao mesmo tempo em que produz riquezas, de outro lado aumenta os níveis de exclusão social, acelerando a desordem territorial e urbana das cidades. Assim, o espaço passa a ser visto não mais só como consequência, mas como um palco a céu aberto em relação à sociedade. Em qualquer situação, a ocupação urbana é a representação do desenvolvimento e das crises da cidade. Nesta pesquisa, essas questões são entendidas como o lócus das intervenções efetivadas na estrutura do sistema produtivo, considerando que a evolução da expansão territorial envolve todos os aspectos do crescimento econômico dentro e fora do território urbano. Por isso, “é um erro pensar que a cidade é um reflexo da sociedade que a construiu, ou vice-versa” (SANT’ANNA Jr.; CARSTENS; FLEITH, 2008, p. 20). Nesse sentido, Palmas não é o reflexo da população que a construiu e a ocupou, mas o reflexo dos interesses políticos e econômicos do governo e do capital privado.

Assim, para explicar o desenvolvimento econômico de uma cidade, é importante precisar a sua relação com um contexto territorial maior, além do regional, considerando os atuais modelos das relações comerciais e da dependência do mercado aos níveis de infraestrutura, transportes e logística, que retiram do espaço local a autonomia para que um espaço possa crescer; por isso, os espaços locais não dão conta das explicações da incidência do processo econômico sobre o ordenamento territorial de uma cidade. Contudo, as explicações podem ser encontradas na complexidade espaço e tempo diante das contradições entre urbano, cidade e a produção de riquezas caracterizadas pela divisão territorial do trabalho na proporção da inserção dos avanços tecnológicos de informação e comunicação.

Dessa forma, o estudo da cidade exige o conhecimento do movimento de sucessão das contradições entre o espaço e o tempo presente, para explicar as relações entre o espaço e os meios de transformação, materializadas na universalização dos modos capitalista de produção. O compasso e o descompasso entre a produção e a velocidade do tempo interferem na consolidação de uma urbanização. Por conseguinte, a articulação entre tempo e espaço urbano

só é possível a partir da identificação da relação entre o espaço local e outros espaços. Por isso, a população local precisa estar articulada com os espaços mundiais. Exemplo: acompanhar os resultados da bolsa de Tóquio ou de New York é importante para mesurar os impactos da cotação das ações nas principais bolsas de valores do mundo, na economia local, além dos avanços provocados pela simultaneidade produzida pela informação. Desse modo, os sistemas de comunicação e informação permitem a coincidência entre o tempo da difusão da informação e as possíveis interferências em outros espaços; a esse processo se denominou globalização.

Por fim, a transformação das cidades em objeto de pesquisa, concordante com uma hierarquização sócio-espacial, proporcionada pelos diferentes modos capitalistas de produção, colocam as cidades como objeto centrípeta do desenvolvimento econômico. Por outro lado, o desenvolvimento não caminha isolado; com ele, vêm as crises provocadas pelas desigualdades simbólicas e materiais, impulsionadas pelos conflitos de interesses e de exclusão social. Em relação às cidades, essas possibilidades se tornam reais a partir da luta ininterrupta do ser humano, o espaço vai ganhando outros significados, outros valores. Assim, o espaço urbano, em termos lato, representa riqueza, investimento, sobrevivência, poder econômico e social, acelerando, com isso, os antagonismos entre poder e sobrevivência. Nesse aspecto, as desigualdades espaciais se transformam em diferenças político-sociais.

Assim, para se mensurar os custos e a representação social de um determinado solo urbano, antes é necessário contabilizar o fluxo das tecnologias de comunicação e transportes incidentes sobre os espaços. Essa condição pode gerar uma convulsão urbana quando os níveis de precariedades das estruturas urbanas começam a atingir todas as classes sociais; no primeiro momento, os problemas de classes são pulverizados quando a evolução dos espaços urbanos atinge a convivência entre as classes sociais diante dos perfis das intervenções efetivadas para transformar espaços públicos e privados. É a partir dessas contradições que o sistema imobiliário se sente à vontade para estabelecer novos valores para a ocupação dos espaços difundindo um marketing que transforma todas as benfeitorias existentes em produto. Nessa condição, até o conceito de “longe” e “perto” é posto como distinção social, puxando a cidade para fora dela. Assim, o capital cria um processo de ocupação fora da cidade, para oferecer uma individualidade de acordo com o poder aquisitivo do consumidor ou do potencial técnico e financeiro do investidor. Em tempos pretéritos, a distância era um fator de definição negativa das condições sociais, pois os subúrbios ou as zonas rurais só eram ocupados pelas classes menos favorecidas economicamente. Com a transformação do valor de uso, a distância deixa de ser um espaço de definição do aspecto social para ser um espaço de

distinção social. Por conseguinte, a segregação ampliada por meio dos valores de uso e de troca dos espaços não é uma resultante da cidade, mas dos modos de produção e acumulação capitalista.

Na pós-modernidade, as cidades não são constituídas de um centro único de atração, mas de vários, diante do processo de centrifugação contínuo. Essas alterações espaciais reproduzem espaços multiformes e unificados de frequência. Essas mudanças exigem alterações nos espaços públicos e a ampliação da mobilidade e a diversificação dos transportes de massa. Por fim, exigem a busca pela pluralização dos espaços do ponto de vista funcional e do ponto de vista social. No entanto, com as alterações no ordenamento territorial, produzidas pelo desenvolvimento econômico, a tendência é o estrangulamento do trânsito e da mobilidade das cidades. Por isso, na medida do deslocamento de determinados aspectos econômicos, as distâncias vão se estreitando com o surgimento de novas formas de competição proporcionadas pela chegada de estruturas fixas, transformando áreas rurais em áreas urbanas. Esse processo de artificialização da natureza se completa com o fluxo das estruturas que consolidam a artificialização dos espaços que estavam fora da especulação urbana.

A cidade, por ser um espaço de contradições e de intervenção, reproduz um confronto diferente a cada transformação posta em um determinado espaço. Assim, dependendo da logística do trânsito, determinadas áreas podem ser esvaziadas do fluxo de veículos e pedestres. Quando o esvaziamento é planejado, o fluxo de movimentação de uma cidade pode ser alterado de acordo com os interesses privados ou pela imprecisão do esquema da logística empregada. Outro elemento forte na alteração do fluxo em determinadas áreas da cidade é a resultante do índice de impostos e taxas sobre terrenos e edificações.

Parte-se, portanto, de um determinado contexto para se entender uma determinada realidade. Porém, nesta pesquisa, tivemos o cuidado de determinar a relação que vai ser estabelecida entre a realidade e a crítica empreendida, para não antecipar os conteúdos das intervenções e suas resultantes no ordenamento territorial de uma cidade, sem antes compreender a realidade em questão, pois todos os reflexos das alterações de uma sociedade são transportados para os espaços, porque não há alteração de espaços sem interesses prévios, sem intervenções.

Diante disso, especula-se sobre a teleologia de Palmas como a capital do Estado do Tocantins, a partir do perfil político e econômico das intervenções efetivadas na sua criação e construção. Então, sobre qual realidade se deveria partir para se pesquisar uma cidade plantada, diante da ausência da participação dos moradores na construção dos interesses

urbanos. As respostas podem ser mais complexas que as interrogações, diante das contradições estabelecidas entre o tempo presente e o tempo histórico materializado pelas intervenções nos espaços escolhidos para a construção de Palmas. Diante do perfil das intervenções que foram utilizadas para a construção, pode-se dizer que a dialética se realizou na ausência do tempo histórico, mediante a concomitância entre os espaços transformados e o tempo vivido antes e depois da construção de Palmas.

Através da história, a filosofia e as ciências sociais podem auxiliar no entendimento de criação de “coisas”, como obras, ideias e ideologias. Por outro lado, no momento em que são transformadas em produtos, emerge a necessidade de definição da metodologia a ser trabalhadas para possibilitar a compreensão de como o passado pode intervir no presente ou como o presente pode desfigurar o passado. Nessa direção, foi importante conhecer a história das lutas separatistas do norte de Goiás, para se entender melhor os objetivos direcionados ao contexto do desenvolvimento econômico a partir da expansão urbana do Estado do Tocantins e a partir das intervenções efetivadas para consolidá-lo como um território de poder. Assim, pode-se dizer que a perda de importância do passado surgiu a partir da opção em que se construiu uma cidade direcionada para legitimar e contrapor os grupos de interesses que se formaram antes e depois da criação do Estado Tocantins. Nesse contexto, Palmas funcionou como objeto de validação e de distensão desses interesses. Em termos históricos, Palmas surgiu para contrapor a cultura autóctone da então região norte de Goiás, e cria uma crença no novo como objeto voltado para o esquecimento da história da população e, ao mesmo tempo, construir uma nova cultura na população que migrou nos primeiros anos de existência da cidade, formando, de acordo com os interesses do grupo que chegou ao poder logo após a criação do estado do Tocantins, denominados de pioneiros da construção por terem chegado na fase inicial da construção de Palmas.

O perfil das intervenções induziu e legitimou o esquecimento de parte do passado histórico, por meio da massificação de uma realidade construída por dependência de uma vontade determinada por interesses privados. Neste aspecto, entre as intervenções que foram processadas para a consolidação do Estado do Tocantins, a criação e a construção de Palmas foi a mais significativa do ponto de vista econômico, social, cultural e político. Nessa direção, o governo promovia campanhas publicitárias evidenciando o passado ruim vivido pela população, colocando a história da ausência do Estado na região para justificar o atraso sem, contudo, evidenciar a relação entre capital e trabalho no circuito de produção do território em questão. Em relação ao tempo presente, essas questões, segundo as observações constantes na pesquisa, Palmas representaria o momento de superação da história de atraso econômico

mediante as potencialidades oferecidas por uma nova concepção urbana, mesmo sem agregar modos de produção que pudessem alterar o circuito da economia.

Nos primeiros anos, os problemas de déficit de empregos não apareciam diante da estruturação dos aparelhos diretos e indiretos do Estado e da forte presença da construção civil na construção de espaços públicos e privados da cidade e seu entorno. Neste sentido, tomando como referência a construção de Palmas, as cidades planejadas representam mais a ousadia dos seus idealizadores ou construtores do que a modernização e a evolução econômicas dos espaços na região em que se situa.

OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO DAS CIDADES LIMÍTROFES DO PARÁ NO DESENVOLVIMENTO DE PALMAS

Voltando ao passado, a cidade como materialização da urbanização e espaço da própria história de consolidação da autonomia e da cultura de uma sociedade, no Brasil, foi uma condição que emergiu a partir dos anos 1930, mais especificamente no período Vargas, com o processo de industrialização das principais cidades da região Centro-Sul. A partir daí começaram as grandes mudanças nas cidades. Assim, a urbanização pode ser explicada a partir das transformações e por meio das relações entre as cidades. Exemplo: não se deve pensar a metropolização a partir de São Paulo, mas do fluxo estabelecidos entre os setores de produção cafeeiros com a cidade de São Paulo, mediante as estruturas de transportes intercalada à produção e à logística para fazer chegar a produção no litoral paulista. Assim, o sistema de produção de café estabeleceu uma conexão entre São Paulo, a zona cafeeira e o Porto de Santos, estimulada pelos fluxos de comunicação, transportes e armazenamento. Com isso, a cidade funcionou como meio para a distribuição, a circulação e o consumo da produção local e dos produtos que eram trazidos pelos cargueiros que levavam café para a Europa e para a América do Norte.

Em termos do desenvolvimento e da situação geográfica de Palmas, as amostras indicaram que a produção entre as regiões Norte, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Centro Sul, passarão passaram pelos sistemas de transportes existentes e em expansão no Tocantins, colocando Palmas no centro dessa logística, funcionando como entreposto da produção das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em termos hipotéticos, a ascensão de Palmas como centro econômico poderá ocorrer com a criação de novos espaços urbanos da região amazônica. Nesse aspecto, o Estado do Tocantins terá de consolidar sua infraestrutura

adaptando o ordenamento territorial de Palmas e das cidades do seu entorno a uma logística de transportes e mobilidade para atender ao crescimento das demandas futuras a serem implementadas com a Ferrovia Norte Sul e a Plataforma Multimodal que está sendo construída na orla esquerda do lago. Conforme Brito (2009, p. 109):

Esta plataforma possibilitará uma inserção de Palmas como localidade central no Sudeste da Amazônia Oriental. Os discursos giraram em torno da viabilidade da ferrovia, e quando pensaram Palmas, planejaram uma cidade grande que daria suporte para todos os grandes investimentos. Ela está situada em uma localidade estratégica para a economia nacional. Em suma, todo este projeto fortalece ainda mais a cidade de Palmas, expandindo sua área de abrangência regional e ampliando seu mercado. Em Palmas, a plataforma não será apenas um local de embarque de grãos, mais um local de produção de força de trabalho e mercadoria de valor agregado.

Porém, para consolidação do que produz e reproduz na economia, o Tocantins terá de consolidar as relações de transformação, circulação de mercadorias, serviços privados e públicos. As primeiras alterações no ordenamento territorial de Palmas, acima das alterações existentes, virão com o aumento da circulação de veículos e produtos produzidos em outras regiões, para atender às necessidades da expansão urbana da região Norte, diante da divisão territorial que vem sendo discutida por grupos interessados na expansão urbana da região norte, em parte adormecida pelos impactos sinalizados, gerados pela protelação em se criar novos estados na Amazônia Legal. Nesse contexto, e diante da posição geográfica do Tocantins, todas as divisões ou expansões acima do Paralelo 13, direta ou indiretamente favorecerão a economia da região e, em específico, o Estado do Tocantins.

De certa forma, Palmas, diante dessas possibilidades em curso, poderá ser beneficiada com o aumento da demografia acoplada à infraestrutura e aos serviços de educação, serviços especializados em áreas da saúde. Por outro lado, poderá ser prejudicada em termos da qualidade de vida urbana, mediante os aspectos estruturais vinculados ao setor de abastecimento, logística de transportes pesados, dentro do espaço urbano e no seu entorno. Contudo, na visão de alguns, a expansão urbana só trará benefícios, principalmente econômicos:

Tem toda essa característica, logística, todos os problemas, a situação geográfica está em nível de Brasil e ali com seus estados vizinhos. Então Palmas é hoje, eu não tenho dúvida para te falar sobre isso, pela avaliação que nós temos no Brasil é a cidade que vai crescer mais do que os percentuais atuais e eu vou te falar uma coisa aqui algumas pessoas não tem essa visão e eu tive essa experiência, agora recentemente foi aprovada para plebiscito a criação do estado do Carajás e do Tapajós, com a criação/divisão desses estados no Pará e do Maranhão há estudos que apontam que Palmas vai crescer mais com essas divisões. (Entrevistado).

Assim, mesmo depois que as possibilidades de divisão territorial do Pará foram postergadas pelos eleitores, ao votarem não para a criação dos estados de Tapajós e Carajás, com nenhum dos interesses internos e externos quanto à divisão territorial, a questão não está encerrada, mas adormecida. Nesse aspecto, da mesma forma que ocorreu com o Tocantins e o estado de Mato Grosso do Sul, permanece a crença na divisão territorial, pregada pelas lideranças políticas ligadas aos interesses regionais, nacionais e internacionais, que buscarão outros meios para recolocarem a divisão na ordem dos interesses geopolíticos nas pautas do Congresso Nacional.

Para se beneficiar da expansão da urbanização no Estado do Pará, o Tocantins terá que melhorar e ampliar a sua infraestrutura em todos os setores vinculados à infraestrutura. Em alguns casos, essa inserção já vem acontecendo em relação aos serviços especializados de saúde, ensino superior e no setor de transportes aéreo, rodoviário e hidroviário. Assim, para que a cidade se transforme em um polo econômico, o governo deverá adaptar as alíquotas de impostos ao circuito dos estados produtores para facilitar o trânsito de mercadorias entre os estados limítrofes. Essa adaptação, associada à posição que o Estado ocupa no mapa e em relação ao processo de divisão territorial da região Norte, pode resultar em benefícios econômicos para o Estado do Tocantins e para Palmas.

CONCLUSÃO

As análises indicaram que, nos últimos anos, o ordenamento territorial de Palmas vem passando por transformações, provocadas por uma ininterrupta expansão demográfica acima da média das outras capitais; crescimento da circulação de veículos, elevação da sensação térmica causada pela ocupação dos vazios urbanos e a consecutiva devastação da variedade de florestas de cerrados existentes. Outro fator importante para a análise das fortes alterações no circuito urbano de Palmas, destaca-se a expansão urbana sul-sudeste do Pará, considerando que as expectativas criadas em torno da criação de novos entes federados no estado do Pará transformou a região em um polo de migração muito disputado por produtores rurais, empresas extrativistas, comerciantes, prestadores de serviços, atacado e por pequenas indústrias. Por fim, há a posição geográfica do Estado do Tocantins em relação às regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Todos esses pontos foram significativos nas análises sobre o crescimento econômico do Tocantins e a consolidação de Palmas como centro

administrativo estadual voltado para os setores de abastecimento, logística de transportes, educação e serviços especializados nas áreas da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Eliseu Pereira de. *O papel de Palmas - TO na rede de integração regional*. 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O estado em busca do seu território. *Terra Brasilis*, Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil, anos III-IV, n. 4-5, 2002-2003, Rio de Janeiro, p. 27-42.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. *Goiânia: o mito da cidade planejada*. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2009.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Quando mudam as capitais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 460 p.

POPPER, R.. A lógica da investigação científica. In: _____. *Coletânea de Textos*. Tradução de J. C. B. Molir. São Paulo: Abril Cultural, 1975. 415 p.

SANT'ANNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico R. S. B.; FLEITH, Rossano Lúcio. *O que é Urbanismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 68 p.

Recebido para avaliação até 28/11/2015

Aprovado até 15/12/2015